



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

EDUCAÇÃO SUPERIOR, AÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E IMPACTO SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DO IFMT - CURSO DE AGRONOMIA NO BAIXO ARAGUAIA

MARA MARIA DUTRA

IFMT - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO - CAMPUS CONFRESA

mara.dutra@cfs.ifmt.edu.br

AUMERI CARLOS BAMPI

UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

aumeribampi@gmail.com

JEFERSON ODAIR DIEL

UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

jefersondiel@gmail.com

CÉLIA ALVES DE SOUZA

UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

celiaalvesgeo@globocom

URANDI JOÃO RODRIGUES JUNIOR

UFOPA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DAS ÁGUAS

urandijunior@hotmail.com

MARISA REGINA KOHLER

SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

marisakohler68@yahoo.com.br

Resumo

O estudo analisa as ações da educação superior para a sustentabilidade na agricultura familiar e o impacto social promovido pela implantação do IFMT – Confresa na região do Baixo Araguaia, Mato Grosso – Brasil, que compreende partes do bioma cerrado e da Amazônia. A pesquisa analisa a implantação do *Campus* e dentro deste a formação em Agronomia. Verifica se o curso oferece elementos que favoreçam a sustentabilidade da agricultura familiar e a superação dos conflitos socioambientais e a degradação ambiental configurada na região. Há relevância da agricultura familiar no contexto, pois mais de 26 mil famílias de agricultores estão estabelecidas. A pesquisa é qualitativa, com características de estudo de caso e abordagem descritiva. Sustentou-se nos aportes teóricos referidos às concepções de educação superior e compromisso social, agricultura familiar e sustentabilidade. Os sujeitos da pesquisa foram discentes do Curso de Agronomia do IFMT - Confresa. Os dados coletados a partir dos questionários, das entrevistas e dos registros das observações dos pesquisadores, foram submetidos à análise do conteúdo. Revela-se que a formação para a temática sustentabilidade na agricultura familiar precisa ser fortalecida e a importância da implantação do IFMT e do curso de Agronomia, mas contraditoriamente, a formação é influenciada pelo agronegócio.

Palavras chave: Educação superior, impacto social, sustentabilidade, agronomia, agricultura familiar.



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

INTRODUÇÃO

Várias ações foram propostas pelo Governo Federal do Brasil nestas duas últimas décadas, especialmente a partir do governo Lula e posteriormente Dilma, com o propósito de desenvolvimento de diversas regiões brasileiras que apresentavam baixos índices de Desenvolvimento Humano, Social e Econômico. Dentre estas ações merece destaque o Programa Territórios da cidadania. E dentre estas regiões está contemplada a região do Baixo Araguaia/MT.

Tida como região com baixo índice de desenvolvimento Humano (IDH médio é 0,71 - MDA, 2013), teve tratamento especial a partir de políticas públicas induzidas pelo estado brasileiro, muitas delas, de caráter recente, especialmente por meio do Programa **Territórios da Cidadania** que provê recursos e ações integradas de vários órgãos e Ministérios do Governo, dentre eles: Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Relações Institucionais (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2013).

Dentre as ações uma delas que envolve as políticas públicas para a formação técnica e superior, foco deste estudo, foi a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), na cidade de Confresa - MT, e dentro deste o curso de Agronomia. Considera-se que esta ação foi uma concretização das políticas propostas pelo MEC (Ministério da Educação do Brasil), voltada diretamente para o desenvolvimento sustentável do Baixo Araguaia.

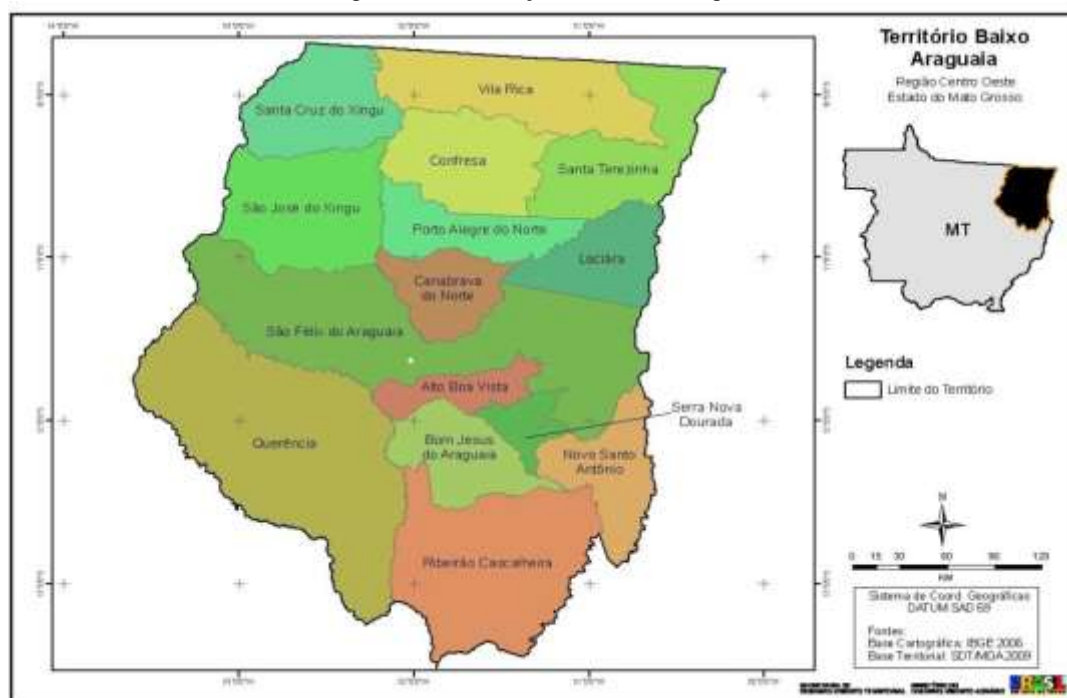
A abertura desse novo pólo estudantil foi pautada na formação educacional profissional, ocorrida no ano de 2007, como opção política de intervenção na realidade do território, a partir da solicitação da população local, realizando a interiorização da educação superior e a democratização do acesso.

Tratada popularmente como “vale dos esquecidos” a região carregava um estigma de ser abandonada pelas políticas públicas dos governos federal do Brasil e do Estado de Mato Grosso. A distância média de 1.100 km dos principais municípios da região do Baixo Araguaia em relação à capital Cuiabá fez a região sofrer com muitas dificuldades tais como: acesso, comunicações, precariedade de serviços públicos de saúde, educação básica e superior. Além disto, o histórico da região apontava por situações problemáticas de alta complexidade socioambiental que remontavam a sua constituição enquanto região desde a década de 1950.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO

Para fins de delimitação histórico-geográfica a região de estudo (figura 1) é composta por 15 municípios do nordeste do Estado de Mato Grosso que tiveram processos diversos de ocupação, sendo que os primeiros habitantes foram membros de comunidades indígenas de etnias diversas, destacando-se as etnias xavante, tapirapé, kaiapó e karajá e conforme Baldus (1970) estes povos já estavam no território há mais de três séculos.

Figura 1: Localização do Baixo Araguaia



Fonte: Garbin, 2011, apud IBGE, 2006 e SDT/MDA, 2009.

Posteriormente, entre 1910 e 1950, entretanto esta situação foi alterada pela entrada em cena no território, da figura dos posseiros pressionados pela regularização das terras, em especial no Estado de Goiás e do Estado do Pará. Eram migrantes descendentes de nordestinos, que se deslocaram para a região do Araguaia, seguindo os afluentes), em busca das “bandeiras verdes” (VELHO, 2009).

Com a “Marcha para Oeste” e a constituição de políticas de Integração Nacional, com a finalidade de inserir mercados regionais em regiões remotas do país, buscando a exploração de recursos naturais (florestas, minérios e terra), o governo federal do Brasil a partir de 1950 tratou a região do Araguaia, como local designado para a inserção de grandes latifúndios destinados à pecuária e exploração extrativista. Tais latifúndios interferiram diretamente na organização social e vida das comunidades indígenas e seus territórios, bem como dos migrantes posseiros que lá viviam, além de estabelecer relações trabalhistas ilegais e degradantes, trabalho escravo e dominação da política coronelista.

Na década de 1970, dando sequência, ao processo de integração nacional surgiram os movimentos migratórios sulistas ao Araguaia. Induzidos pelo estado milhares de trabalhadores e agricultores sulistas buscam sobrevivência em novas terras a partir do trabalho e geração de renda com a exploração de recursos florestais (madeira), desenvolvimento da pecuária e agricultura e mesmo exploração garimpeira. Tal situação amplificou os efeitos do desmatamento, da degradação ambiental, iniciados na década de 1950 pelos latifúndios da pecuária. Explicitaram-se graves problemas de degradação ambiental e conflitos socioambientais entre as populações ocupantes da região (indígenas, posseiros, latifundiários e agricultores familiares), que hoje estão agravados pela intensificação do desmatamento e pela implantação da produção sojicultora de larga escala ou agricultura corporativa em expansão.

Na atualidade o território possui uma população aproximada de 125.127 habitantes, dentre os quais, 51.355 vivem na área rural, o que representa 41,04% do total. Possui 7.387 agricultores familiares em projetos de colonização particular, 16.271 famílias assentadas em

programas de reforma agrária e 11 Terras Indígenas, onde recentemente manifestaram-se complexos conflitos socioambientais. Verifica-se a importância da população rural (41,04%), visto que a média nacional é de 15,65% (IBGE, 2010). Fator determinante para a constituição da população rural é o grande número de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, regularizados pelo INCRA (mais de 70). De acordo com dados do DATALUTA (2012), encontram-se assentadas na região do Baixo Araguaia 18.712 famílias.

Neste contexto, os agricultores familiares vivenciam grandes dificuldades no seu cotidiano, que contribuíram de forma negativa para sua permanência na terra e sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. Segundo Schlesinger e Noronha (2006), os projetos de assentamentos:

[...] não tiveram por objetivo promover mudança na estrutura fundiária da região, mas buscaram eliminar focos de tensão social ou simplesmente regularizar a situação de antigos posseiros. Entretanto, eles não foram acompanhados de um programa de desenvolvimento agrícola, o que deixou muitos assentados em situação precária, enfrentando todo tipo de problema, entre eles a falta de infra-estrutura de estradas, escolas, saúde, armazéns, mercados, assistência técnica (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 60).

Schlesinger e Noronha (2006) ainda fazem referência sobre a prática de uso de agroquímicos, por grandes latifundiários, como uma forma de pressionar posseiros ou assentados a venderem suas propriedades. Essa estratégia é apenas um dos fatores que vem a culminar com a instituição de conflitos na região, onde geralmente grandes produtores coagem (por meio do uso de violência psicológica, oferecendo quantias em dinheiro, ou expulsando-nos a partir do uso de insumos químicos...). Provocando a evasão dessas famílias, os grandes proprietários compram os lotes da agricultura familiar por quantia irrisória ou arrendam-nos para o cultivo da soja, construindo os grandes latifúndios desse grão.

Desde o ano de 2000, o avanço da soja traz uma divergência de opiniões, pois, ao mesmo tempo em que promove um tipo específico de “desenvolvimento”, também gera uma crise social, causada pela expropriação camponesa, pela concentração fundiária e instituição de uma hegemonia política do agronegócio sobre as outras atividades, além de causar uma intensa devastação ambiental na região, que é considerada uma recente fronteira agrícola com grande expansão do agronegócio ligado às corporações transnacionais.

Os dados demonstram que as políticas públicas de indução aos grandes empreendimentos agropecuários iniciados ainda em 1950 e fortalecidos na década de 1970 ainda são intensamente presentes, bem como a situação da presença de migrantes e assentados. No ano de 2012, a região do Baixo Araguaia possuía 3.204.877 cabeças de gado e 532.309 hectares destinados à agricultura (IBGE, 2014); no entanto, esses números estão sofrendo rápidas modificações com a inserção da agricultura mecanizada de larga escala da soja que disputa terras com a agricultura familiar e também com os antigos latifúndios da pecuária.

No contexto a agricultura familiar desempenha um papel de alta relevância para o Baixo Araguaia, pois gera renda, emprego e possibilidade de vida e trabalho; logo, é fundamental que se estabeleçam e intensifiquem-se políticas públicas que promovam sua valorização e viabilidade produtiva, dentro das possibilidades de construção da sustentabilidade na agricultura familiar.

2. METODOLOGIA

O estudo se propôs verificar através de uma pesquisa qualitativa com uma abordagem descritiva as contribuições das políticas públicas a partir da implantação do IFMT – Confresa e em específico do impacto social do curso de Bacharelado em Agronomia na compreensão dos problemas e estabelecimento de perspectivas da sustentabilidade na agricultura familiar.

Os participantes da pesquisa foram 40 discentes matriculados no curso de Bacharelado em Agronomia com ingresso nos anos de 2010 e 2011. O curso de Agronomia é ofertado com ingresso anual, porém as disciplinas são realizadas de forma semestral (rematrículas semestrais), apresenta-se em regime integral e possui uma carga horária de 4.840 horas, distribuídas em dez semestres.

A escolha dos estudantes pesquisados foi definida levando em consideração que, para o 10º semestre do curso, está prevista a realização do estágio e, dessa forma, os acadêmicos – sujeitos participantes desta pesquisa – já tenham cursado a maioria das disciplinas do curso. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e setembro do ano de 2014. Para a participação dos discentes na pesquisa, foi solicitada a sua autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A todos os discentes foi proposto um questionário, como também foram realizadas 21 entrevistas para a amostra de sujeitos qualificados como filhos de agricultores familiares. Os questionários e as entrevistas forneceram dados que possibilitaram identificar se o curso oferece elementos que favoreçam o desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura familiar no contexto do Baixo Araguaia.

A observação participante ocorreu em vários momentos e foi devidamente registrada nos relatórios, sendo sempre agendada com antecedência e com autorização da direção do IFMT *Campus* Confresa e dos docentes. Ocorreu de forma a não causar interferências no processo de aprendizagem mediante a presença dos pesquisadores, como também para não interferir no resultado da pesquisa cujo objetivo era identificar quais as concepções socioambientais encontradas no curso.

Para realização da análise dos dados, as perguntas abertas dos questionários foram agrupadas por semelhança, para posterior análise quali-quantitativa. As questões fechadas dos questionários foram tabuladas. Os dados obtidos, submetidos ao tratamento estatístico, obedeceram às fases de coleta de dados: “crítica dos dados; apuração dos dados: contagem e ordenação; exposição dos resultados: gráficos e tabelas; interpretação dos fatos” (ANDRADE, 2009, p.142). Tabelas e gráficos foram utilizados para análise, interpretação e apresentação dos resultados.

As entrevistas realizadas com o uso de gravadores foram transcritas e anotações escritas, bem como os relatórios da observação participante, foram agrupados por assunto.

3. EFICÁCIA, IMPACTO SOCIAL E COMPROMISSOS NO CONTEXTO DO BAIXO ARAGUAIA: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE AGRONOMIA

No contexto regional, dentre os cursos propostos pelo IFMT- *Campus* Confresa em 2007 encontra-se o curso de Bacharelado em Agronomia, que foi solicitado de forma específica pela população por meio de audiências públicas.

O propósito estabelecido foi o de atender o desenvolvimento direto dos arranjos produtivos locais, buscando formas de ampliação da produção e renda da agricultura familiar, ao mesmo tempo de formas agrícolas mais coerentes e socioambientalmente adequadas para a região (que pertence em parte ao bioma amazônico e em parte ao cerrado brasileiro) dado o grau de degradação ambiental da região e as perspectivas nada animadoras referente a possibilidades de melhoria do contexto produtivo e socioambiental da agricultura familiar.

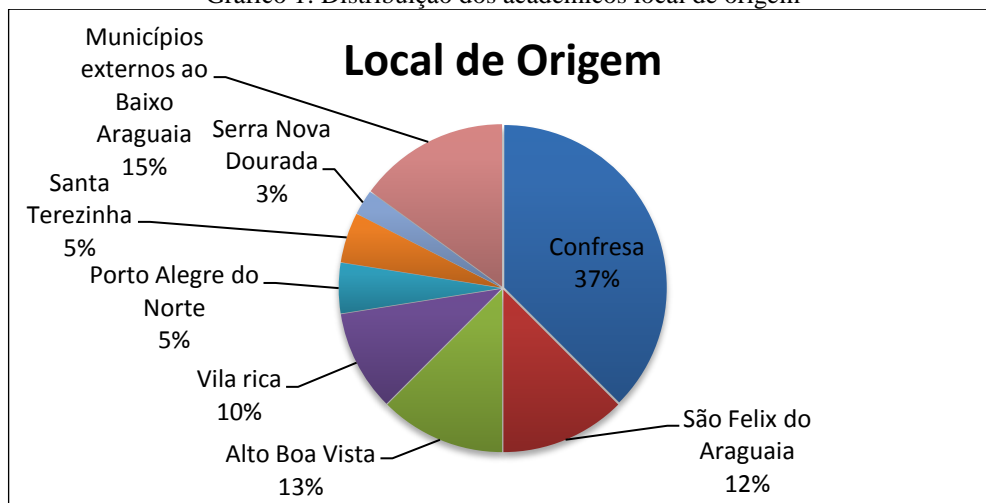
Vários documentos citam o caminho da formação para o uso e o conhecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis e voltadas ao público do campo e para suas realidades. A respeito desta questão:

Somada à verdadeira indigência do ensino básico e da formação profissional, essa precariedade da extensão/assistência técnica escancara a completa ausência do ambiente educacional que poderia colocar milhões de jovens sertanejos no rumo de práticas agropecuárias minimamente adequadas à fragilidade dos ecossistemas em que vivem (BRASIL, 2000, p.10).

Considera-se que a política pública de inserção de um Instituto Federal foi altamente significativa à região e coerente com a busca de sustentabilidade, causando alto impacto social. Nesse sentido, avalia-se que foi relevante a inserção do curso de Agronomia junto ao Instituto, pois a região possui elevado número de agricultores (26.000 famílias de agricultores familiares em 70 assentamentos rurais), dentro de um contexto com intensa degradação ecológica e presença de conflitos socioambientais.

Neste aspecto da inserção social observa-se que grande parte dos estudantes do curso de Agronomia possuem um perfil juvenil (57,5%), do sexo masculino (67,5%) e 85% são oriundos da própria região, tendo relação direta com a agricultura familiar.

Gráfico 1: Distribuição dos acadêmicos local de origem



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Entretanto, mesmo que a questão da inserção do curso de Agronomia seja importante a agricultura na região, deve-se considerar as possíveis contradições, uma vez que no Brasil a ciência agrônoma surgiu vinculada aos interesses da aristocracia agrária. Somente após o avanço do processo de democratização a sociedade brasileira passou a se preocupar com o desenvolvimento do meio agrário, com a agricultura familiar e com a sustentabilidade dos recursos naturais (CAVALLET, 1999).

Na atualidade, a formação do Engenheiro Agrônomo, no entanto, está intimamente relacionada às mudanças da sociedade, especialmente aquelas voltadas à agricultura e à pecuária. Dessa forma, esse profissional deve ser preparado para compreender e implantar a transformação, compatível às necessidades de seu local de trabalho. Para Schlindwein et al. (2007):

A agronomia se constitui em um campo profissional de grande abrangência e complexidade, por tratar-se de um setor da atividade antrópica que se relaciona com praticamente todos os demais segmentos da economia. Tem uma relação direta com a base de recursos naturais que suportam a atividade, e sua condução envolve

distintas áreas do conhecimento humano, nas esferas da ciência, da tecnologia, da economia e da política (SCHLINDWEIN et al., 2007, p.140).

A educação superior via universidade e institutos desempenham um importante papel no processo de desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e ecológico das sociedades e das regiões onde se encontram instaladas, pois podem proporcionar uma diversidade de práticas a serem desenvolvidas, remodelando as ações com novos princípios, métodos e práticas que procurem respeitar os sistemas ecológicos e os grupos humanos envolvidos:

Nesse sentido, a atuação profissional do agrônomo, em critérios de eficiência, balizado pelas perspectivas sociais da década de 60 ou 70 do século passado, pode explicitamente se contrapor aos critérios contemporâneos, em que a variável sustentabilidade vem se tornando um paradigma de nossa época (MARCIANO, 2013, p. 1).

O Imperial Instituto Baiano de Agricultura, primeiro curso de ciências agrárias no Brasil, surgiu em 1859 com a finalidade de melhorar a produtividade das lavouras bem como desenvolver uma tecnologia que substituísse a mão-de-obra escrava (SOUSA, 1993 apud CAVALLET, 1999). Já o curso de Bacharelado em Agronomia do *Campus* Confresa tem objetivo diferente, ou seja, a formação de agrônomos que sejam responsáveis, ativos, críticos e criativos na resolução de problemas da cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, que, no decorrer do curso, obtenham “conhecimentos teóricos e práticos nas áreas de produção convencional e alternativa, manejo sustentável da produção e recursos naturais envolvidos, produção orgânica, sistemas agroflorestais, com o devido respeito ao ambiente natural e a segurança alimentar” (PPC, 2010, p. 7). Isto é altamente significativo à região, pois a mesma passa na atualidade por grandes transformações e poderá encontrar junto ao IFMT – Confresa e ao curso de Agronomia do mesmo um grau de compromisso para com os novos paradigmas de desenvolvimento.

Para isto, no entanto, deverá a gestão do Instituto Federal, do Campus e do próprio curso, fazer continuamente processos avaliativos sobre a ação-formação-intervenção que o curso propicia ao lugar e à região, buscando avaliar a qualidade e eficácia desta proposta junto à comunidade. E como prática de democratização e de governança participativa precisa ouvir continuamente a comunidade. Assim a intervenção propiciada pelo curso junto ao contexto do Baixo Araguaia poderá ser aprofundada.

Percebe-se a evolução dos cursos de Agronomia, pois, na sua origem, não tinham preocupação com questões sociais ou ambientais, tinham como propósito quase único o aumento da produção agrícola, atendendo aos setores dominantes vinculada aos interesses da aristocracia. Neste sentido, há um grande desafio à gestão universitária, à docência e aos próprios estudantes trabalhar com a questão da sustentabilidade.

O atual Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Agronomia apresenta temas que envolvem questões ambientais, como o desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade e prevê que os egressos possam:

Conhecer e utilizar-se dos conhecimentos específicos das Ciências da Natureza, Ciências da Terra e da Matemática para construção de modelos produtivos que contemplem a sustentabilidade ambiental e a justiça social [...] Avaliar o impacto ambiental, econômico e social das atividades agrícolas (PPC, 2010, p. 07).

Dessa forma, é imperioso que se façam questionamentos e uma reflexão a fim de verificar continuamente a partir dos discentes se o *Campus*/curso oferece elementos que favoreçam o desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura familiar no contexto do

Baixo Araguaia que estejam coerentes com as políticas públicas de construção da sustentabilidade.

Para introduzir o assunto sobre agricultura familiar, inicialmente se perguntou como o tema deveria ser trabalhado no curso. A maioria, 65%, respondeu que deve ser trabalhado no conjunto das atividades e das disciplinas, e 35% responderam que deve ser trabalhado nas disciplinas técnicas. Essa resposta revela que os acadêmicos apresentam uma visão de totalidade, percebendo a importância do assunto a ser trabalhado no conjunto das disciplinas.

Verificou-se que há uma preocupação dos futuros agrônomos em relação à sua formação, pois 40% consideram que os conhecimentos proporcionados pelo curso (até o momento) não lhes forneceu elementos para desenvolver uma prática voltada para agricultura familiar de forma sustentável. Esse dado remete a uma reflexão sobre qual a identidade do Curso de Agronomia diante dos atuais modelos de produção inseridos no contexto da região do Baixo Araguaia.

De um lado a expansão da monocultura da soja e de outro a produção em pequena escala dos agricultores familiares. Diante desses dois modelos de produção, o IFMT *Campus* Confresa, por intermédio do Curso de Agronomia, deve adotar estratégias visando ao fortalecimento do desenvolvimento da agricultura familiar, já que é uma missão presente no PPC do curso.

É necessário proporcionar aos acadêmicos conhecimentos científicos de meios alternativos de produção, que tenham como base uma relação menos impactante com a natureza, valorizando e buscando a proteção ambiental e a conservação de recursos (ALTIERI, 2009; SCHLINDWEIN et al., 2007).

Outra questão respeito ao papel assumido pelo IFMT *Campus* Confresa em relação à pesquisa. Sabendo que o espaço rural, onde o *Campus* se localiza, caracteriza-se por apresentar uma diversidade de grupos sociais com diferentes interesses, é necessário que se desenvolvam pesquisas que busquem construir alternativas de desenvolvimento local.

A inserção de uma percepção ambiental ou socioambiental nas universidades, cursos, departamentos de pesquisa e extensão hoje é uma necessidade e um caminho para a superação do modelo da ciência e de intervenção que realizamos na natureza. Tal inserção pode trazer elementos que possibilitem aos acadêmicos uma reflexão crítica sobre a forma de relação do homem com natureza. Igualmente, fazer o conhecimento proporcionado pela educação agrônômica contribuir à realização de um desenvolvimento regional pautado em princípios de sustentabilidade.

O IFMT *Campus* Confresa é uma instituição que se caracteriza por atender várias modalidades de ensino: ensino médio, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), ensino superior e Pós-Graduação *lato sensu*. O ensino superior encontra-se embasado em um tripé: ensino, pesquisa e extensão.

O PPC do curso de Bacharelado em Agronomia prevê a realização de atividades extracurriculares, realizadas por intermédio dos departamentos de pesquisa e extensão (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, 2010).

Quando questionados sobre atividades realizadas pelos departamentos de pesquisa e extensão, com a temática sustentabilidade e/ou *agricultura familiar*, 80% responderam que sim e 20% que não. Os discentes citaram várias atividades desenvolvidas, dentre elas: palestras, cursos, editais de projetos de pesquisa, visitas técnicas, editais de projeto extensão, trabalho de iniciação científica. Aludiram também a eventos realizados pelo *Campus* como: Semana da Agricultura Familiar, Feira de Ciências, Semana Científica do IFMT *Campus* Confresa. Quando questionados sobre sua participação nas atividades propostas pelo Departamento de Pesquisa e/ou Extensão, 70% participa e 30% afirma não participar..

A região do Baixo Araguaia apresenta mais de 70 assentamentos regularizados pelo INCRA e 65% dos acadêmicos diz já ter realizado atividades (estudos, trabalhos, pesquisa) com agricultores familiares; no entanto, 72,5% dos acadêmicos não têm conhecimentos específicos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar do Baixo Araguaia, o que representa que há necessidade de fortalecer estudos nesta área.

Talvez pelo fato da maioria já ter residido na zona rural, foi possível verificar que os acadêmicos demonstraram grande conhecimento quando indagados sobre os principais problemas enfrentados atualmente pela agricultura familiar no contexto do Baixo Araguaia. Dentre os problemas, citam: falta de assistência técnica (23,2%), ausência de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar (19,8%), limitações financeiras (17,4%), capacitação do produtor (10,5%), precariedade de infra estrutura (estradas, educação, saúde, logística), capacitação do produtor (9,3%), regularização fundiária (4,7%), dificuldades de organização (3,5%), dificuldades de comercialização (3,5%), outros (8,1%).

Todos os acadêmicos têm conhecimento sobre o tema sustentabilidade e 95% dos discentes afirmam que a temática “sustentabilidade na agricultura familiar” é abordada no curso; no entanto, quando questionados sobre a forma que é abordada, 7,5% afirmam que a temática é abordada sempre; 12,5% dizem que muitas vezes e 75% às vezes. Com base na resposta de que “às vezes” a temática é abordada, é importante que diversas áreas de conhecimento (que constituem o conjunto de disciplinas do curso) integrem-se em uma perspectiva interdisciplinar com a finalidade de (re)construir saberes, buscando processos de produção que apontem para a sustentabilidade.

Quando questionados se consideram que os professores estão preparados em profundidade para desenvolver temáticas que envolvam sustentabilidade na agricultura familiar, 22,5% afirmaram que não se encontram preparados; 70% dizem que sim, em parte, e apenas 7,5% afirmam que se encontram preparados. Talvez essa questão explique o fato de 57% responderem que a temática é abordada em eventos ofertados pelo curso e apenas 43% dos acadêmicos afirmarem que a sustentabilidade na agricultura familiar é abordada em sala de aula. Falta, dessa forma, uma maior explanação por parte dos docentes durante os momentos formativos em sala de aula.

Apesar de 60% dos discentes considerarem que as aulas práticas de campo envolvendo o tema sustentabilidade na agricultura familiar em seu curso foram poucas, de 32,5% considerarem-nas insuficientes e 7,5% afirmarem ser suficientes, a maioria, ou seja, 95% afirmam que o curso de Agronomia tem contribuído e pode contribuir ainda mais para a sustentabilidade na agricultura do Baixo Araguaia. Aulas práticas em momentos formativos do curso são necessárias, pois, de acordo com Freire (2011), agrônomos em seu exercício profissional devem propor a troca de conhecimentos e experiências.

Aulas práticas, com trocas de vivências, estimulam o diálogo da Agronomia com outros saberes e ciências, promovem o respeito aos conhecimentos tradicionais dos agricultores e proporcionam a superação da realidade fragmentada (SANTOS, 2008).

Segundo os discentes, formação e capacitação são apresentadas como a principal forma de contribuição do Curso para sustentabilidade na agricultura familiar do Baixo Araguaia.

Corroborando a afirmativa anterior, podemos citar três depoimentos (E5, E9 e E12) presentes quando das entrevistas dos discentes, os quais afirmam que o curso está “formando profissionais que irão atuar na região, e que muitos deles são filhos de produtores e irá ajudar seus familiares”; “capacitando em agroecologia, produtos orgânicos...”; “transferindo conhecimentos produzidos no *Campus* para o campo”. Ainda em relação à importância da formação e capacitação, o E16 mencionou que:

Venho me preparando desde o ensino médio técnico para trabalhar com as pequenas propriedades, pois vejo que poucas pessoas que estão formando querem trabalhar com as pequenas propriedades. Com os conhecimentos adquiridos na área agrária posso contribuir para a sustentabilidade na agricultura familiar.

Outro depoimento faz menção à contribuição do Curso de Agronomia na utilização de tecnologias voltadas diretamente para agricultura familiar bem como a utilização de técnicas de produção, manejo e assistência técnica com base na sustentabilidade. Durante as entrevistas, muitos acadêmicos afirmaram que os conhecimentos adquiridos durante o processo formativo do curso foram incipientes para poderem contribuir com a sustentabilidade na agricultura familiar. E a principal causa apontada pelos acadêmicos pode ser, por vezes, o enfoque dado pelo curso ao modelo de desenvolvimento do agronegócio. Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1991, p. 265) afirma que:

Os agrônomos e veterinários, hoje graduados, foram projetados para servir fazendeiros latifundiários ou para exercer funções técnico-burocráticas, como representantes dos interesses dos proprietários de terras. Nestas condições não estão preparados para desmontar a velha estrutura da fazenda, nem criar a nova economia agrária baseada em cooperativas e comunidades, onde o problema mais ingente é ocupar toda a mão-de-obra, elevar o padrão de vida dos trabalhadores rurais e possibilitar sua participação em todas as esferas da vida nacional.

Percebem-se duas tendências contraditórias em relação ao processo de formação. Enquanto alguns acadêmicos dizem que a formação recebida contribui de forma significativa para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, outros afirmam que a formação recebida está voltada para o modelo do agronegócio. Essa contradição pode ser explicada pelo fato dos acadêmicos apresentarem interesse ou desinteresse em atuar profissionalmente com a agricultura familiar.

Durante a observação em sala de aula, foi possível verificar outra possibilidade para explicar essa dicotomia; percebemos que muitos docentes, ao explanarem seus conteúdos, não apontaram a aplicação para a agricultura familiar, cabendo ao discente fazer uma análise e/ou posteriores adaptações para os diferentes modelos de produção.

Por intermédio das entrevistas, observamos que muitos discentes (futuros engenheiros agrônomos) não têm como foco realizar trabalhos profissionais com a agricultura familiar; outros pretendem realizar suas atividades profissionais voltadas para essa área.

O E14, quando inquerido sobre de que maneira a sua formação em Agronomia poderá contribuir para a sustentabilidade na agricultura familiar na região do Baixo Araguaia, explanou que a formação: “Poderá contribuir porque eu venho da Agricultura Familiar e pretendo dar continuidade aos negócios da família”. Sem o jovem no campo, o campo se extingue. Enquanto a maioria dos jovens evade do meio rural (SCHLINDWEIN et al., 2007), esse depoimento aponta a motivação de alguns dos jovens em permanecer no campo, dando continuidade aos modos de produção exercidos pelos seus familiares.

Conforme depoimento do E5, quando inquerido se o curso atende as necessidades da agricultura familiar, respondeu que “sim; em todas as matérias eu estou conseguindo aplicar e ver [...] na realidade consigo sim aplicar os conhecimentos na agricultura familiar”. Com esse depoimento é possível verificar que as 71 disciplinas obrigatórias do curso de Agronomia atendem as necessidades de conhecimento e sua aplicação relativas à agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora as expectativas da sociedade, quanto à inserção de um curso de Agronomia, proponham a mudança da realidade socioambiental do Baixo Araguaia, é necessário perceber as condicionantes onde se insere o próprio curso, o contexto sócio-econômico, as limitações de formação do quadro docente e a necessidade de modificação das práticas pedagógicas e de fins da formação em Agronomia, bem como da agricultura no contexto regional e de um país, ou quiçá do mundo.

De acordo com a maioria dos discentes, a temática *sustentabilidade na agricultura familiar* é abordada no curso, mas os discentes acreditam que o Curso de Agronomia pode contribuir para a sustentabilidade na agricultura familiar do Baixo Araguaia. Ao mesmo tempo, apontam que os conhecimentos recebidos no curso não foram suficientes, sendo necessária uma maior e mais profunda abordagem da temática por parte dos docentes no momento de formação em sala de aula.

Segundo os estudantes, alguns professores encontram dificuldades em trabalhar com conteúdos que envolvam a agricultura familiar e sustentabilidade. Essa situação pode ser atribuída ao fato de a universidade ser uma instituição social que reproduz a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade; nesse caso, capitalista e voltado ao agronegócio. Essa dificuldade ocorre devido ao fato dos professores terem sido capacitados e formados em universidades que atendem aos interesses da classe dominante agrária e seguem percepções positivistas de conhecimento e ciência (RIBEIRO, 1969). Atendem as demandas do crescimento econômico do capitalismo, onde o agronegócio é sua ponta visível no campo que, segundo Cavallet (1999), é estimulado por maciços investimentos financeiros voltados para o avanço da ciência e da tecnologia agrônoma, subalterna ao agronegócio e sua estrutura agrícola e agrária.

Além disso, verifica-se que cada disciplina luta e defende seu *status quo*, diante do conjunto de disciplinas que constitui a matriz curricular. Talvez essa individualidade, ou fragmentação, contribua para o pensamento reducionista da importância da percepção mais ampla e profunda dos contextos onde as universidades e institutos estão inseridos, deixando, neste caso, de observar concretamente a importância da agricultura familiar.

Durante as observações em sala de aula, foi possível verificar que parte dos conteúdos ministrados possuem práticas que podem ser trabalhadas tanto para agricultura familiar como para o agronegócio, dentro de suas especificidades e condições de mão de obra, uma vez que já utilizam manejos que possibilitam a otimização do uso do solo com redução de impactos ambientais. Como exemplo, podemos citar as práticas conservacionistas, cultivo mínimo, e os SAFs (Sistemas Agroflorestais) que já são utilizados por agricultores familiares na região do Baixo Araguaia, com acompanhamento de acadêmicos do IFMT – *Campus Confresa*.

Da mesma forma, é imprescindível que os discentes, de forma crítica, apropriem-se do discernimento do uso dos conhecimentos recebidos, nos diversos sistemas de produção. O fato da maioria dos alunos já ter residido na zona rural ou ser filho de agricultores familiares torna-os conhecedores das grandes dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar na região do Baixo Araguaia.

Porém, por meio da observação em sala e das entrevistas realizadas, constatou-se que, mesmo valorizando a agricultura familiar e sabendo da sua importância, grande parte dos alunos demonstra interesse em se inserir no sistema produtivo do agronegócio. Essa afirmativa demonstra que a formação não apresenta uma neutralidade, é determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, podendo-se, inclusive, afirmar, que é um reflexo de ambos, em que se encontra inserida a lógica do modo de produção capitalista do agronegócio. Outra questão é o cunho pragmático da avaliação do aluno, ao se inserir ou optar por um modo ou outro, pois, ao que parece, a agricultura familiar padece e o agronegócio é ampliado, fortalecido pelo apoio do Estado.

Inúmeras são as transformações que devem ocorrer na estrutura da sociedade bem como das instituições formativas para que os acadêmicos possam deixar de optar apenas pelo agronegócio, como única alternativa econômica profissional.

Para uma melhor compreensão quanto à motivação dos futuros agrônomos em inserir-se no modelo produtivo do agronegócio, é necessário compreendermos um pouco das especificidades históricas da região. Os conflitos entre índios, posseiros, peões e grandes empresas foram uma constante no processo de ocupação e exploração da região do Baixo Araguaia e esses conflitos perduram até os dias atuais. Os grandes empreendimentos agropecuários expulsaram e minimizaram várias sociedades indígenas bem como os posseiros e, atualmente, se apoderam das pequenas propriedades da agricultura familiar (ou pela compra ou pelo sistema de arrendamento).

Essa realidade explica o fato de muitos futuros agrônomos optarem por desempenhar suas atividades profissionais junto ao agronegócio, motivados por questões de sobrevivência e “estabilidade” financeira, visando à obtenção de lucros imediatos (salários) que lhes proporcionem uma melhor qualidade de vida; no entanto, diante da força do capitalismo sobre a vida no campo e na agricultura familiar, é necessário que a instituição encontre mecanismos ou instrumentos para que possa assumir sua função de transformação e relacionar-se com os diversos modos de produção. No caso em questão, que ela possa desenvolver o processo de inclusão da agricultura familiar com sustentabilidade.

Com a expansão desenfreada do agronegócio na região do Baixo Araguaia, a agricultura familiar está sendo subalternizada, vista como inferior; no entanto, no atual mundo globalizado em que a demanda por alimentação é cada vez maior, não cabe mais esse cenário, pois a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros.

Sabendo da importância da agricultura familiar perante a soberania alimentar, é essencial que instituições de ensino motivem e fomentem conhecimentos que possam ir ao encontro do desenvolvimento de tendências inclusivas. O IFMT *Campus* Confresa apresenta-se como instituição pública de ensino, que foi inserida no Baixo Araguaia com o objetivo de desenvolver a região, tem por obrigação participar do processo de inclusão da agricultura familiar a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.

É necessário que o *Campus* Confresa apodere-se de conhecimentos históricos, econômicos, políticos, socioambientais da região do Baixo Araguaia. Somente com o empoderamento de seus atores sociais (docentes/discentes/técnicos) é que será possível uma contribuição para a minimização das disparidades sociais no espaço rural. Não se concebe que instituições educacionais, que devem formar cidadãos críticos, fechem os olhos diante da realidade socioambiental do Baixo Araguaia.

O Curso de Agronomia deve apresentar modos de produção alternativos ao convencional visto que o *Campus* localiza-se em uma região caracterizada por apresentar um grande número de assentamentos rurais em que aproximadamente 26 mil famílias de agricultores familiares fazem desse território seus espaços de vida e esperança.

É importante um novo olhar do ensino superior frente aos problemas socioambientais que se apresentam no Baixo Araguaia e de sua responsabilidade diante deles. Somente assim o IFMT *Campus* Confresa poderá participar de um cenário que contemple o desenvolvimento regional, a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Percebemos a importância dessa instituição ao participar do desenvolvimento da região do Baixo Araguaia e, principalmente, de sua responsabilidade crítica e coletiva na formação de Engenheiros Agrônomos que possam contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar da região. Esses acadêmicos serão futuros profissionais e por intermédio deles decorrerão práticas voltadas para a sustentabilidade ou que insiram ainda mais elementos de degradação socioambiental. A

sociedade, muitas vezes, exigirá que esses futuros profissionais estejam preparados para buscar soluções voltadas para os diferentes modelos de desenvolvimento.

Aos discentes cabe uma reflexão crítica em relação à postura que irão assumir frente à crise socioambiental, desencadeada pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista do agronegócio, que se expande na região. Poderão atuar como meros reprodutores do atual modelo de desenvolvimento ou percorrerão suas trilhas profissionais, buscando formas alternativas de interação homem-natureza, assumindo sua responsabilidade individual/coletiva em direção a uma sociedade/região, a um país e a um planeta mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, n.1. jan./ago., 1999.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, Selene C. **Meio ambiente: questões conceituais**. Niterói: PGCA-UFF, Riocor, 2000.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório de consulta textual. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 out.2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário. 2006. Brasília, set. 2009.

_____. Territórios da cidadania: Baixo Araguaia-MT. 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoaraguaia/one-community?page_num=0>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Territórios da cidadania: Brasil 2008. 2008. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/?page=2>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

BRASIL. Agricultura Sustentável. Ministério do Meio Ambiente. Consórcio Museu Emílio Goeldi. MPEG USP-PROCAM ATECH, 2000.

CAVALLET, V. J. A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. 1999. 142 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. USP, São Paulo, SP, 1999.

COY, Martin; NEUBURGER, Martina. Camponeses no Brasil entre inclusão e exclusão. Anuário Americanista Europeu, n. 6-7, p.111-132, 2009.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra. Mato Grosso: Relatório 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_mt_2012.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. A pré-amazônia mato-grossense no contexto nacional e sul-americano. In: Expansão da soja na pré-Amazônia Mato-grossense: impactos socioambientais. Cuiabá: EdUFMT, 2007, 15-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil. 2012.

GARBIN, Hugo. Projeto de cooperação técnica internacional Bra/IICA/07/009: desenvolvimento territorial. Cuiabá, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/299/Vitor%20Hugo%20Garbin%20-prod%205.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GONÇALVES, Judite; NICOLA, Rafaela. Araguaia. Do tranquilo balanço das águas à turbulência anunciada: lutar é preciso. Campo Grande, 2002. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/106448265.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

GUANZIROLI et al., Carlos Enrique. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro. Garamond, 2001.

GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar; RIBEIRO, Francis Lee; ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, v.1, n. 2, p.1-11, dez. 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar: primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.

_____. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

_____. **Cidades@**. 2014 Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=51&search=mato-grosso>>. Acesso em: 03 maio. 2013. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. PPC do curso de Bacharelado em Agronomia. Confresa-MT, 2010.

MARCIANO, Paulo Antônio. Identidade dos extremos: a formação profissional do estudante de agronomia da UFV. Disponível em: <http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/IDENTIDADE_DOS_EXTREMOS_A_FORMACAO_PROFISSIONAL_DO_ESTUDANTE_DE_AGRONOMIA_DA_UFV.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

MARIANO, Raquel Soares dos Reis. A construção da educação ambiental na prática docente dos professores da engenharia civil da UNEMAT em Sinop/MT. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – PPGCA - UNEMAT.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, W. C. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n.68, 2010.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos avançados. [online]. 2001, v.15, n. 43, p. 75-82. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300008>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____.1995. Desenvolvimento sustentável. In: Material didático desenvolvimento sustentável. Brasília, jul. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina e CES, 2008.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. O Brasil está nu!: o avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de janeiro: FASE, 2006. 148 p.

SCHLINDWEIN, Marcelo Nivert et al. Curso superior especial para assentamentos da reforma agrária: agronomia com ênfase em agroecologia e sistemas rurais sustentáveis, uma proposta INCRA-RONERA/UFSCar. Revista Agrária, n. 7, p 119-155, 2010.

SILVA, Luís Mauro Santos. A agricultura familiar como “idéia sustentável” na relação sociedade e natureza. Revista Agroecossistemas. v. 2, n. 1, p. 89-97, 2010.

SILVEIRA FILHO, José; DE SALES, Fernando João Montenegro; HAGUETTE, André. A sustentabilidade da agricultura e o projeto formativo no curso de agronomia da Universidade Federal do Ceará. Cadernos de Agroecologia. v. 6, n. 2, dez. 2011.

TOSCANO, Luiz F. Agricultura familiar e seu grande desafio. 2003. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 30 out. 2014.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. Revista Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.